

A difícil avaliação das medidas

Já dissemos ontem, e é voz corrente, aliás o próprio governo confirma, que os dois objetivos fundamentais do conjunto de medidas e intenções baixado na segunda-feira foram a redução do déficit do setor público e a melhoria da conta de transações correntes no balanço de pagamentos.

Claro que isso tudo, na hipótese de uma firme condução por parte do governo, é para acontecer ao longo dos dois próximos anos, 1998 e 1999, ou seja, a resultante de todas essas providências não é imediata.

Algumas coisas certamente podem ter efeito mais imediato, como, por exemplo, a orientação para que nas compras de petróleo do ano que vem a Petrobras acorde com os fornecedores pagamentos postergados para 1999, o que realmente teria impacto positivo na balança comercial de 1998, dado o peso representado por essas compras. Mas é evidente que depende das condições do mercado internacional, da disposição dos fornecedores, da situação da oferta, etc.

Em todo caso, o objetivo de melhorar as contas do comércio externo parece, a muitos observadores, mais rápida e facilmente alcançável do que o do ajuste fiscal interno. Senão, vejamos.

Uma estimativa que alguns analistas já estão fazendo é de que, se todas as medidas funcionarem como se deseja, as contas públicas poderão apresentar, já em 1998, superávit primário da ordem de 2% do PIB, o que representaria grande avanço sobre o deste ano, previsto entre 0,6% e 0,8% do PIB.

Outra estimativa, partida aliás de fonte do próprio governo, é de que o PIB, no próximo ano, em virtude da retração derivada das medidas, possa ter crescimento de apenas 2%.

Então, uma indagação que por enquanto permanece sem resposta é se a estimativa de superávit primário, medido como percentagem do PIB, será na sua maior parte resultante da efetiva contenção de dispêndios ou apenas do menor crescimento do próprio PIB.

**Apesar das
dúvidas, o
saldo do
ajuste fiscal
pode ser
positivo**

Eis aí uma avaliação que vai dar trabalho aos analistas da macroeconomia, mas que precisa ser levada a efeito da melhor maneira possível.

Desde logo, mesmo os leitores não-especializados devem ter-se depurado com a seguinte dúvida: de que modo a queda de arrecadação resultante da queda de atividades, somada ao aumento de despesas com o serviço da dívida, afetará a pretendida economia de R\$ 20 bilhões programada no “pacote”?

O professor Edmar Bacha, fonte qualificada diante do tema, dada a sua passagem pelo IBGE e sua familiaridade com as contas nacionais, estima, segundo entrevista dada ao jornal O Estado de S. Paulo, que, se o PIB vier a ter crescimento de 2%, bem menor do que o deste ano, a arrecadação, em comparação com a do corrente exercício, poderá so-

frer uma perda de R\$ 4 bilhões a R\$ 5 bilhões. Somente isso, portanto, reduziria para R\$ 15 bilhões o saldo líquido da economia pretendida pelo governo.

Uma estimativa semelhante é feita pelo professor Carlos Geraldo Langoni, da FGV, ex-presidente do Banco Central, e ambos lembram que esse saldo líquido ainda pode ser menor, dado o aumento de dispêndios com os juros da dívida interna, o que dependerá, naturalmente, do período de elevação das taxas de juro, que fontes do governo consideram que poderão ser reduzidas a partir de janeiro.

De qualquer forma, nos dois casos, as estimativas ainda são de que o governo conseguirá um “enxugamento” expressivo nas suas contas. Por isso os dois analistas mostram-se favoráveis às medidas adotadas.

A questão fundamental, portanto, talvez não esteja propriamente em tentar um exercício de contabilidade sobre ganhos e perdas futuros nas contas públicas, mas saber se isso tudo abre realmente caminho para as reformas que darão consistência a essas contas. Nesse sentido, temos de concordar com a observação de Moyses Gedanke, diretor-executivo da Arthur D. Little, uma consultoria internacional: “Essas medidas – diz ele – são paliativas, e a solução definitiva são as reformas que o País tem de fazer, que estão na mão de decisões políticas do governo e do Congresso”. Se na sequência dos atuais acontecimentos pudermos obter essas reformas, com conteúdo sensato e racional, aí sim não haverá mais dúvidas de que o saldo será altamente positivo. ■